



MOÇAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Moving people and goods / Movimentando pessoas e bens



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2023

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico de 2023, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O desempenho económico-financeiro respeitante ao exercício económico de 2023 foi positivo, não obstante às intempéries, em particular a passagem do ciclone Freddy que assolou com grande intensidade a zona Centro do País, tendo impactado negativamente no transporte ferroviário e no manuseamento portuário de mercadorias e passageiros.

Na região Centro, o ciclone esteve na origem da paralisação das operações nos Terminais de Petróleo da Beira, de Carvão (TCC 8) e dos Serviços Marítimos por um período de 10 dias durante o mês de Março. Por outro lado, as operações ferroviárias ficaram seriamente afectadas com a paralisação da Linha de Sena durante 35 dias, facto que condicionou o tráfego de carvão e seu manuseamento no Terminal de Carvão da Beira e que gerou prejuízos de tráfego de cerca de MZN 506 milhões, sem incluir a infraestrutura.

A região Sul, viu-se a braços com intempéries que resultaram em inundações, as quais contribuíram para ocorrência de descarrilamentos na Linha de Ressano Garcia e na Linha de Goba com impacto negativo no desempenho ferroviário do primeiro semestre de 2023, o que gerou prejuízos avultados, avaliados em MZN 1,9 mil milhões resultantes de carga não transportada, sem incluir as infraestruturas severamente afectadas. Não obstante os factores negativos acima arrolados, no sistema ferro-portuário, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2023, foram transportadas 26,58 milhões de toneladas líquidas, contra 33,65 milhões de toneladas líquidas planeadas, representando uma execução de 79% e um crescimento de 8% relativamente ao período homólogo de 2022. Durante o período em referência, nas linhas operadas pelo CFM, foram transportadas 12,39 milhões de toneladas líquidas contra 14,33 milhões planeadas, o que corresponde a uma realização de 86% em relação ao plano, sendo que não houve variação significativa comparativamente a igual período do ano transacto onde foram transportadas 12,33 milhões de toneladas líquidas.

Em termos de transporte de Passageiros, foram transportados 6.629.344 passageiros contra 7.135.043 do plano, o que corresponde a uma realização de 93% e a um crescimento de 25% quando comparado ao período homólogo. Isto resulta da plena operação das automotoras que foram inauguradas em Agosto de 2022, aumentando a capacidade de transporte de passageiros na região Sul e Centro do País.

A área Portuária, sob ponto de vista global, registou um nível de execução de 95% do plano e um incremento de 12% em relação à realização do período anterior, ao manusear 63,37 milhões de toneladas métricas (mtm), contra 56,45 mtm registadas no igual período de 2022. Relativamente aos terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas durante este período cerca de 12,27 mtm contra 13,21 mtm manuseadas em 2022, o que representa uma redução na ordem de 7%, comparativamente a 2022, como reflexo dos fenómenos acima mencionados em particular o ciclone Freddy.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

Apesar dos factores negativos que caracterizaram os primeiros meses do ano de 2023 (ciclones, incidentes ferroviários como descarrilamentos, fraca oferta da carga ferroviária, e o conflito geo-político entre a Rússia e Ucrânia que tem grande influência nas commodities), a empresa CFM tem estado a empreender esforço na renovação e revitalização dos seus activos por forma a ter mais eficiência operacional e maior e melhor capacidade de produção. Durante o período em análise investiu 8.747,65 milhões de Meticals (USD 138,26 milhões) em projectos ferro-portuários tendo presente este desiderato.

Em termos globais, a empresa registou um resultado antes dos impostos positivo na ordem de 4.801,8 milhões de Meticals contra 9.191,21 milhões de Meticals orçados, representando uma execução de 48% e um crescimento de 18%, comparativamente à igual período de 2022.

O desempenho em apreço é resultado de entrega abnegada e do cometimento incondicional de todos colaboradores da empresa, mesmo com todos os desafios e adversidades que caracterizam a operação ferro-portuária, continuaremos a trabalhar arduamente para que possamos superar os actuais resultados, sendo que o Plano de Actividades e Orçamento para 2024, espelha o comprometimento de alcance de níveis de produção e de resultados jamais vistos ao contemplar não só o plano de recuperação das cargas não transportadas durante o período que as intempéries assolaram o nosso País, bem como a utilização plena das infra-estruturas recém reabilitadas no incremento de volumes de tráfego a serem demandados, com particular enfoque para as linhas férreas de Ressano Garcia e de Machipanda.

Em face dos desafios impostos pela conjuntura económica interna e internacional, continuamos focados na continuidade para resposta positiva e inequívoca às orientações do Governo no sector, quer através do PES-Plano Económico e Social, traçado para o ano 2023, ou pelo PQG 2020-24 – Plano Quinquenal do Governo para quinquénio 2020 a 2024.

A componente social, que tem sido um dos apanágios incontornáveis da nossa existência e fundamento da nossa relevância na promoção de um serviço público de transporte ferroviário de passageiros, com segurança e qualidade, teve e continuará a ter a devida proeminência na garantia da continuidade do transporte ferroviário de passageiros urbano, peri-urbano e de longo curso, garantido e com incremento de meios novos, com o investimento de 90 carruagens, incluindo 5 automotoras provenientes da Índia.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

Estamos, assim, a cumprir o nosso desiderato e a promover, económica e socialmente, os grandes objectivos que cometem não só o sector, mas sobretudo a empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique – E.P. (CFM).

Maputo, 13 de Junho de 2024


Eng. Agostinho Francisco Langa Junior
Presidente do Conselho de Administração


Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo


Eng. Aboobakar Adamo Mulea
Administrador Executivo


Dra. Maria de Fátima Mangue
Administradora Executiva


Eng. Anísio Bainha
Administrador Executivo


Dr. Rogério Nkomo
Administrador Não Executivo

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

A Administração é igualmente responsável por manter um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. A administração é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

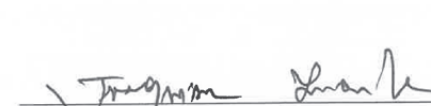
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. tem operado continuamente e continuará a operar num futuro previsível. A Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. não tem intenção e nem necessidade de cessar as operações ou reduzir significativamente o volume de vendas da empresa.

O auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos aspectos materiais em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. como indicado acima, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Junho de 2024 e foram assinadas pelos seus representantes


Eng. Agostinho Francisco Langa Junior
Presidente do Conselho de Administração


Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo


Dr. Carlos Macamo
Director da Administração e Finanças





RELATÓRIO E CONTAS DE 2023 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições conjugadas das alíneas a) *in fine* b), c) e g) do artigo 17 da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, Lei do Sector Empresarial do Estado (LSEE), o Conselho Fiscal, no exercício das suas atribuições, apresenta o relatório da acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

O Conselho Fiscal, durante o ano de 2023, acompanhou com regularidade exigida por lei as actividades desenvolvidas pela Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., fundamentalmente, através da apreciação dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras trimestrais e demais documentos de suporte que considerou pertinentes, para além da interacção directa e permanente com os órgãos de gestão e de direcção da empresa, destacando-se dentre outras as seguintes acções:

- Verificação da regularidade dos registos contabilísticos e respectiva documentação, da observância das normas e regulamentos aplicáveis, bem como da adequação e eficácia do sistema do controlo interno;
- Emissão de pareceres sobre o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício económico de 2022, o Plano de Actividades e Orçamento (PAO) Rectificativo para o II semestre do ano de 2023, o Plano de Actividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2024, assim como o Plano de Negócios 2024-2026; e participou nas reuniões da Assembleia Geral, nas quais, os referidos documentos foram objecto de aprovação;
- Participação no XXVI Conselho de Directores, evento que reuniu quadros afectos a diversas unidades orgânicas da empresa CFM, com o objectivo de reflectir sobre vários aspectos relacionados com as actividades da empresa, bem como definir e adoptar novas práticas e estratégias de gestão, com vista a melhoria da produção e produtividade.

O Conselho Fiscal, com base na informação apresentada pelo Conselho de Administração da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., examinou o Relatório de Gestão e

as Demonstrações Financeiras do exercício económico de 2023, bem como o relatório do auditor externo, tendo concluído que:

- O Relatório de Gestão descreve com clareza as principais actividades realizadas, bem como a situação económico-financeira do exercício;
- As Demonstrações Financeiras da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., compostas por Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Demonstração da Variação no Capital Próprio, Demonstração de Fluxos de Caixa, Sumário das Principais Políticas Contabilísticas e Notas Explicativas às Contas, satisfazem os requisitos legais; e
- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) e reflectem os resultados das operações realizadas durante o exercício e a posição patrimonial e financeira da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., em 31 de Dezembro de 2023.

De notar que o Conselho Fiscal, reuniu com os auditores externos KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., para conhecer com detalhe o plano do trabalho e o resultado do exame efectuado às contas do exercício de 2023.

Da apreciação efectuada às Demonstrações Financeiras, o Conselho Fiscal considera importante salientar o seguinte:

- O activo total fixou-se em 96.618,6 milhões de meticais, representando um crescimento de 34% face ao ano de 2022;
- O passivo total cresceu em 84%, ao passar de 26.717,7 milhões de meticais em 2022 para 49.187,1 milhões de meticais em 2023, influenciado essencialmente pelos financiamentos para investimentos, que contribuíram no aumento em 94% do passivo não corrente;
- O capital próprio no valor de 47.431,5 milhões de meticais, correspondeu a um aumento na ordem de 4% relativamente ao ano anterior; e
- O resultado líquido do exercício situou-se em 2.979,0 milhões de meticais, ou seja, um aumento de 26% em relação ao apurado em 2022.

O Conselho Fiscal apreciou, de modo particular, o esforço e empenho dedicados pelo Conselho de Administração e colaboradores da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., que apesar das adversidades macroeconómicas internas e externas, com referência as decorrentes das intempéries que assolaram com maior intensidade as zonas Centro e Sul, foi possível alcançar um resultado líquido positivo e realizações assinaláveis, com destaque para a conclusão dos projectos de:

- Reabilitação, Ampliação e Modernização do Porto de Nacala;
- Reabilitação e Requalificação da Linha Férrea de Machipanda; e
- Fornecimento de Material Circulante.

Destaca-se também o desafio da contenção de custos, com realce para a rubrica de gastos com o pessoal que registou uma redução em 6% relativamente ao ano de 2022.

Neste contexto, tendo em consideração, os elementos apresentados pelo Conselho de Administração, analisados e reflectidos nos indicadores retro mencionados, bem como, a opinião sem reserva expressa pelo auditor externo, o Conselho Fiscal, é de parecer favorável e recomenda que sejam aprovados pela Assembleia Geral, os documentos que consubstanciam o Relatório e Contas referentes ao exercício económico de 2023, da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.; e que seja deliberada a aplicação do Resultado Líquido apurado, nos termos das disposições conjugadas das alíneas k) e o) do artigo 12 da LSEE.

A terminar, o Conselho Fiscal dirige um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., pelos resultados alcançados no exercício económico de 2023, contribuindo assim, na materialização dos desafios para o desenvolvimento da economia nacional.

Maputo, Junho de 2024

O Conselho Fiscal

Luis Matsinho, Presidente

Matias Boz, Vogal

Evelina Novela, Vogal



DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DO CFM

Relatório e contas 2023

Parecer do Auditor Interno

A Direcção de Auditoria Interna (DAI), em cumprimento dos instrumentos legais nomeadamente, o Decreto número 81/2019 de 20 de Setembro (Regulamento de Actividades de Auditoria Interna no Sector Público) conjugado com o Manual de Procedimentos de Auditoria Interna e Código de Ética, acompanhou o funcionamento da empresa ao longo do exercício económico de 2023.

A Direcção de Auditoria Interna no âmbito do seu trabalho examinou os controlos internos que contém um conjunto de actividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados e estabelecidos pela gestão com vista a assegurar que os objectivos traçados pela mesma sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando as eventuais deficiências ao longo dos períodos, até a consecução dos objectivos fixados.

Para cada trabalho de auditoria interna foi elaborado um relatório que contempla as constatações feitas, e as recomendações que os auditores consideraram necessárias, visando sanar as não conformidades.

Com base nas principais peças do relatório e contas do exercício económico de 2023, isto é, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das variações de capital próprio, e as demonstrações do fluxos de caixa, as notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contabilísticas, a Direcção de Auditoria Interna efectuou um exame de acordo com as Normas e Técnicas de Auditoria Interna, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável e verificar se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.



Parecer

Feita a análise as contas do CFM relativas ao exercício económico de 2023 o parecer da DAI é expresso nos seguintes termos:

- A Gestão na perspectiva de garantir maior robustez e continuidade das operações gastou cerca de 8.747,65 milhões de meticais, o equivalente a 138,65 milhões de dólares americanos em investimentos Ferro-portuários.
- O Sistema ferro- portuário sob gestão do CFM, logrou o alcance de resultado líquido do exercício positivo na ordem de 2.978,9 milhões de meticais contra 2.360,9 milhões de meticais do ano 2022, que representa um crescimento de 26%.
- As demonstrações financeiras apresentam de forma fidedigna e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P., em 31 de Dezembro de 2023, preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, aplicado a grandes empresas (PGR-NIRF);
- As demonstrações financeiras da Empresa CFM foram preparadas no pressuposto de que a Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP tem operado continuamente e continuará a operar num futuro previsível cumprindo com a missão de transportar pessoas e bens com segurança e garantir o emprego e melhoria de vida a milhares de famílias Moçambicanas.

Maputo, 17 de Junho de 2024

A DAI

Ana Maria Zandamela

(Ana Maria Zandamela, Dra)



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mzm-inform@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas da

Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP

Opinião

Auditeámos as demonstrações financeiras da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP ("a Empresa") constantes das páginas 8 a 57, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Bases para Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Matéria

As demonstrações financeiras da empresa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, foram auditadas por outro auditor que emitiu uma opinião sem reservas em 05 de Maio de 2023.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório do Conselho de Administração e a declaração de responsabilidade dos Administradores. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia de fiabilidade sobre a mesma.

KPMG Auditores e Consultores, S.A. é uma sociedade anónima e membro da rede global KPMG, composta por firmas membros independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

Registrada em Moçambique sob o número de KPMG Auditores e Consultores, SA

KPMG Auditores e Consultores, S.A. is a limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Registrada em Moçambique, na KPMG Auditores e Consultores, SA



Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF) e pelos controlos internos que os administradores determinem como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa de continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. Nós, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a apropriação do uso pelos administradores, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Empresa descontinue as operações.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações significativas de auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Guaiquiza, 37/CA/OCAM/2014

Sócio

14 de Junho de 2024





PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

Balanco em 31 de Dezembro 2023

	Notas	2023	2022
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Activos tangíveis	5	71.480.926	43.314.970
Activos tangíveis de investimento	6	2.524.731	2.930.674
Activos intangíveis	7	68.111	70.481
Investimentos em subsidiárias e associadas	8	127.028	96.120
Outros activos financeiros	9	99.222	20.600
Activos por impostos diferidos	26.3	626.471	713.298
		74.926.490	47.146.143
Activos correntes			
Outros activos financeiros	9	111.593	113.980
Inventários	10	4.169.410	3.938.917
Clientes	11	3.302.093	3.297.325
Outros activos correntes	12	8.090.803	7.063.914
Caixa e equivalentes de Caixa	13	5.607.737	10.425.540
Impostos a recuperar	26.2	410.493	129.132
		21.692.129	24.968.808
Total dos activos		96.618.619	72.114.951
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social	14	1.242.981	1.242.981
Reservas	14	17.803.508	16.386.950
Resultados transitados		25.406.105	25.406.408
Resultados líquidos do exercício		2.978.929	2.360.929
Total do capital próprio		47.431.523	45.397.268
Passivos não correntes			
Empréstimos obtidos	15	10.437.928	11.311.419
Outros passivos financeiros	16	23.786.903	6.002.246
Outras contas a pagar	17	2.047.048	508.464
Provisões	18	4.315.815	3.070.158
		40.587.694	20.892.287
Passivos correntes			
Empréstimos obtidos	15	1.881.480	2.143.984
Outros passivos financeiros	16	2.413.515	1.844.002
Outras contas a pagar	17	1.627.422	652.860
Provisões	18	196.659	219.458
Fornecedores	19	2.480.326	965.092
		8.599.402	5.825.396
Total dos passivos		49.187.096	26.717.683
Total do capital próprio e dos passivos		96.618.619	72.114.951

Director de Administração e Finanças

Dr. Carlos Adriano Macamo

Contabilista Certificado

Dr. Calisto José Langa

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

Demonstração dos resultados por natureza do exercício findo em 31 de Dezembro 2023

	Notas	2023	2022
Vendas de bens e serviços	20	19.298.036	20.072.395
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	10.2	(1.163.336)	(1.129.795)
Custos com o pessoal	21	(7.410.949)	(7.897.112)
Fornecimentos e serviços de terceiros	22	(8.421.373)	(7.717.350)
Depreciações e Amortizações	5, 6, 7	(3.866.746)	(3.298.404)
Provisões	18	17.252	(70.940)
Ajustamentos de inventários	10	(936)	-
Imparidades de contas a receber	8,11,12	(270.083)	(903.848)
Reversão de imparidades de activos tangíveis	5	162.550	-
Reversão de imparidade de investimentos financeiros	8	14.310	-
Outros ganhos e perdas operacionais	23	3.272.218	2.575.908
		1.630.943	1.630.854
Rendimentos financeiros	24	3.537.906	2.874.689
Gastos financeiros	25	(367.014)	(442.155)
		3.170.892	2.432.534
Resultados antes de impostos		4.801.835	4.063.388
Imposto sobre o rendimento	26	(1.822.906)	(1.702.459)
Resultados líquidos do período		2.978.929	2.360.929

Director de Administração e Finanças

Dr. Carlos Adriano Macamo

Contabilista Certificado

Dr. Calisto José Langa

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

Demonstração das variações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Ganhos e perdas actuárias	Fundo social dos trabalhadores	Resultado transitado	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	1.242.981	368.232	10.490.868	1.084.970	858.612	25.444.604	3.330.915	42.821.182
Aplicação dos resultados	-	-	2.226.230	-	351.368	753.317	(3.330.915)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(769.932)	-	(769.932)
Xiporo - Fundo de Pensões	-	-	-	1.006.670	-	-	-	1.006.670
Ajustamento	-	-	-	-	-	(21.581)	-	(21.581)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.360.929	2.360.929
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1.242.981	368.232	12.717.098	2.091.640	1.209.980	25.406.408	2.360.929	45.397.268
Aplicação dos resultados	-	-	1.180.465	-	236.083	944.372	(2.360.930)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(944.675)	-	(944.675)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.978.929	2.978.929
Saldo final de 2023	1.242.981	368.232	13.897.563	2.091.640	1.446.073	25.406.105	2.978.929	47.431.523

Director de Administração e Finanças

Dr. Carlos Adriano Macamo

Contabilista Certificado

Dr. Calisto José Langa

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		2.978.929	2.360.929
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Depreciações e Amortizações	5,6,7	3.866.746	3.298.404
Imparidades de contas a receber	11,12	270.083	903.848
Impostos sobre o rendimento	26	1.822.906	1.702.459
Provisões	18	(17.252)	70.943
Mais ou menos valias na alienação de activos	24	22.033	18.700
Ganhos/ perdas actuárias - Fundo Xiporo	18.3	1.245.657	2.071.854
Outros ajustamentos		-	21.582
Reversão de imparidade de activos tangíveis	5	(162.550)	-
Reversão de imparidade de activos financeiros	8	(14.310)	-
Dividendos recebidos	24	(2.200.364)	(1.584.974)
Fluxos de caixa antes das alterações no capital circulante (Aumento)/diminuição em inventários	10	7.811.878	8.863.745
(Aumento)/diminuição em clientes e outras contas a receber	9, 11	(2.381)	(716.492)
(Aumento)/diminuição em outros activos correntes	12	(1.308.276)	(2.216.872)
Aumento/(diminuição) em fornecedores e outros passivos financeiros	19	1.515.234	(1.142.588)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	16,17	1.544.075	(110.227)
Caixa gerada pelas actividades operacionais		9.330.036	5.917.245
Imposto pago	26.3	(2.017.438)	(1.602.965)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		7.312.598	3.414.280
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição dos activos tangíveis	5,6	(11.287.094)	(6.665.642)
Investimentos em subsidiárias	8	(13.000)	-
Recebimentos respeitantes a:			
Dividendos		1.705.935	1.584.974
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(9.594.159)	(5.08.668)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	15	587.949	3.192.387
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	15	(1.741.999)	(451.500)
Dividendos	16.2	(1.382.192)	(708.406)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		(2.536.242)	2.032.463
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(4.817.803)	366.075
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		10.425.540	10.059.465
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13	5.607.737	10.425.540

Director de Administração e Finanças

Dr. Carlos Adriano Macamo

Contabilista Certificado

Dr. Calisto José Langa



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de Meticals e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 26 de Abril de 2024.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

De momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromieu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul e Centro);
- Terminal de Alumínio da Matola;

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;.
- Terminal de Carvão Cais 8 (TCC8);
- Porto de Quelimane;
- Porto de Nacala;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM. No ano de 2021 a MPDC passou a explorar a terminal de cabotagem de Maputo, que nos exercícios anteriores estava sob a gestão da Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.

Em 2021 foi liquidada a Sociedade de Terminais de Moçambique, (STM), que em 2020 explorava a terminal ferro-rodoviária das Mahotas, tendo passado para a gestão directa dos CFM o referido terminal.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2023, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 4.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2023, sendo apresentadas em milhares de Meticals arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

3. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticals, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	Anos de vida útil
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 – 10 anos

Os CFM efectuem regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data do balanço, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)



Outros passivos financeiros

Classificam-se nesta categoria os restantes empréstimos e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios de empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidade com

pensões e outros benefícios pós emprego. rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego.

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como gasto assim que se vencem.

A Empresa faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)



Plano de benefícios definidos

No âmbito do Decreto nº 25/2009 de 17 de Agosto que Aprova o Regulamento da Constituição de Fundo de Pensões no âmbito da segurança social complementar a empresa celebrou o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Complementar Fechado dos Trabalhadores dos CFM, abreviadamente designado por XIPORO – FPCF/CFM. A gestão do fundo encontra-se à cargo da Moçambique Previdente – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões. SA cujo contrato foi celebrado em 9 de Agosto de 2017. Em 21 de Novembro de 2018 foi publicada a Ordem de Serviço nº. 7 com a comunicação dos termos e condições do Fundo. Esta Ordem de serviço previu imediatamente a entrada em vigor do Plano de Pensões no entanto, por dificuldades de natureza operacional o Fundo passou a estar em funcionamento a partir do exercício de 2019.

Para fundamento das responsabilidades com as pensões de reforma são feitas as seguintes contribuições:

(i) As contribuições da componente MZN correspondem a 10% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 7% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%;

(ii) As contribuições da componente USD correspondem a 12% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 9% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%.

Usando da faculdade dos parágrafos 64, 65 e 66 da NCRF 19 – Benefícios dos Empregados, a empresa reconhece os ganhos/perdas actuárias e os custos com serviços passados directamente no capital próprio não sendo posteriormente transferidos para a demonstração dos resultados.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

i) Transporte Ferroviário de passageiros

O rédito relacionado com o transporte de passageiros é reconhecido com a venda dos bilhetes de viagem, onde no momento inicial é feito um recibo de adiantamento em contrapartida da conta do chefe da estação e posteriormente com o comprovativo de depósito da receita arrecadada da venda dos bilhetes é preenchido em triplicado o formulário C28 e entregue a fiscalização para aprovação da pré-factura e emissão da factura final. Uma vez que o sistema é integrado, no momento da emissão da factura, o rédito é automaticamente reconhecido.

ii) Transporte Ferroviário e manuseamento portuário de mercadorias

O rédito relacionado com o transporte ferroviário e manuseamento portuário de mercadorias é reconhecido quando os serviços são prestados. A prestação do serviço inicia com o preenchimento da Nota de Expedição pelo cliente, com indicação da origem da carga, destino, tipo e quantidade da mercadoria carregada e assinatura do expedidor, é preenchido o Modelo 9 que é remetido para a emissão da factura.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)



iii) Serviços marítimos

O rédito relacionado com os serviços marítimos é após apresentação da documentação que evidenciam a prestação do serviço. Este processo inicia com o anúncio do navio, apresentação do manifesto da carga e aquando do início da operação de descarga ou embarque é emitido o formulário 1125 com o resumo das operações que posteriormente segue para o processo de taxaço e emissão de pré-fatura e enviada para a fiscalização para validação e emissão da factura final.

iv) Concessões

O rédito relacionado com os contratos de concessões (renda variável e fixa) são reconhecidos com base nos termos dos contratos celebrados. As rendas variáveis são reconhecidas no final de cada mês com base nos relatórios estatísticos e de desempenho das concessionárias.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)



Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia registada excede a recuperável.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)



Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.



5. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Custo					
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2022	50,951,399	22,521,138	3,365,994	10,916,890	87,755,421
Adições	9,181	246,405	293,393	8,957,786	9,506,765
Transferências	42,858	7,387,308	2,500	(7,432,686)	-
Abates	-	-	(32,294)	-	(32,294)
Ajustamentos	-	(10,809)	(14,640)	-	(25,448)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022	51,003,438	30,144,043	3,614,953	12,442,010	97,204,444
Adições	15,414,640	6,563,590	340,227	9,440,452	31,758,909
Abates	(867)	-	(80,312)	-	(81,179)
Transferências	8,953,872	1,830,194	94,922	(10,878,888)	-
Reclassificações	(5,627)	(7,385)	14,362	(130,070)	(128,920)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	75,365,256	38,530,442	3,984,152	10,873,404	128,763,253

Depreciações acumuladas

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2022	(34,338,756)	(16,279,877)	(240,688)	-	(50,859,322)
Depreciação do exercício	(1,736,126)	(1,150,649)	(10,879)	-	(2,898,656)
Abates	-	-	32,053	-	32,053
Saldo final em 31 de Dezembro 2022	(36,076,884)	(17,430,526)	(219,514)	-	(53,726,924)
Depreciação do exercício	(1,791,624)	(1,457,928)	(363,285)	-	(3,612,837)
Abates	823	-	76,866	-	77,690
Reclassificações	2,231	2,398,392	(2,410,878)	-	(10,255)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	(37,865,454)	(16,490,062)	(2,916,811)	-	(57,272,327)
Imparidades acumuladas					
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	(162,550)	-	-	-	(162,550)
Reversão	162,550	-	-	-	162,550
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	-	-	-	-	-
Quantia escriturada					
31 de Dezembro de 2022	14,764,004	12,713,517	3,395,439	12,442,010	43,314,970
31 de Dezembro de 2023	37,499,802	22,040,380	1,067,341	10,873,404	71,480,926



Em 31 de Dezembro, os activos tangíveis em curso apresentavam a seguinte decomposição:

	Construção	Equipamento básico	Outros activos	Total
2023				
Investimentos em curso	10.035.291	351.118	486.995	10.873.404
2022				
Investimentos em curso	6.207.124	804.360	5.467.742	12.442.010

Construções

Os investimentos em curso nesta rubrica referem-se a: Duplicação da linha de Ressano Garcia, Projecto Integrado do Terminal Intermodal da Estação Central de Maputo, upgrade dos 44km do ramal Ponte dona Ana a Vila Nova da Fronteira, reconstrução do ramal de Xinavane 4Km, reabilitação das lajes das oficinas gerais, construção da linha no desvio de Salamanga.

Equipamento básico

Estão integrados como investimentos em curso nesta rubrica de equipamento básico: Aquisição de 2 rebocadores e 2 lanchas para o Porto de Nacala, aquisição e Montagem de um Sistema Telecomunicações Ferroviárias, aquisição de 300 vagões bordas altas, aquisição d Veículo Rail-Road Eléctrico + Baterias, Torno Portatel, sistema de Controlo de Tráfego de Navios (VTS), reabilitação de 6 Locomotivas GE U20.

6. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Total
Custo			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2022	16.365.371	1.412.636	17.778.007
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Ajustamentos	148	-	148
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	16.365.371	1.412.636	17.778.007
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2022	(13.106.488)	(1.351.703)	(14.458.192)
Depreciações do exercício	(382.528)	(6.465)	(388.993)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022	(13.489.017)	(1.358.168)	(14.847.185)
Depreciação do exercício	(394.637)	(290)	(394.927)
Ajustamentos	(11.089)	(75)	(11.164)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	(13.894.743)	(1.358.533)	(15.253.276)
Quantia escriturada			
31 de Dezembro de 2022	2.876.206	54.468	2.930.674
31 de Dezembro de 2023	2.470.628	54.102	2.524.731

Estes activos, tidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de

Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 24.

7. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	Software	Reservas de terra	Total
Custos			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2022	73.651	51.239	124.890
Adições	502	-	502
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022	74.153	51.239	125.392
Adições	-	5.665	5.665
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	74.153	56.904	131.057
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2022	(44.622)	-	(44.622)
Amortização do exercício	(10.289)	-	(10.289)
Saldo final em 31 de Dezembro 2022	(54.911)	-	(54.911)
Amortizações do exercício	(8.778)	-	(8.778)
Ajustamentos	743	-	743
Saldo final em 31 de Dezembro 2023	(62.946)	-	(62.946)
Quantia escriturada			
31 de Dezembro 2022	19.242	51.239	70.481
31 de Dezembro 2023	11.206	56.904	68.111

8. Investimentos em subsidiárias e associadas

Houve movimentos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas durante o exercício e apresentam-se como segue:

	2023	2022
Subsidiárias (Nota 8.2)	13.340	340
Associadas (Nota 8.2)	87.602	84.004
Outros instrumentos financeiros (Nota 8.2)	47.761	47.760
	148.703	132.104
Imparidade acumulada (Nota 8.1)	(21.675)	(35.984)
	127.028	96.120

8.1. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

O movimento da imparidade acumulada é apresentado na tabela seguinte:

	2023	2022
Em 1 de Janeiro	(35.985)	(35.985)
Reversão	14.310	-
Em 31 de Dezembro	(21.675)	(35.985)

8.2. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação		Valor	
	2023	2022	2023	2022
Subsidiárias				
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	100	100	100	100
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100	100	240	240
CFM – Logistics	100	100	13.000	-
			13.340	340
Associadas				
DP World Maputo, S.A.	40	40	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.5	27.5	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33	33	3.795	3.795
Terminal de Cabotagem de Maputo	49	49	5.830	5.831
Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	49	49	11.270	7.590
Portos do Norte , S.A.	30	30	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20	20	6.000	6.000
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49	49	1.715	1.796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50	50	6.000	6.000
			87.602	84.004
Outros investimentos financeiros				
Cimentos de Moçambique	1.60	1.60	39.748	39.748
Transcarga	17	17	14	14
Technoshore, Limitada	15	15	6.750	6.750
Beira Grain Terminal	15	15	405	405
Belavista Holding	65	65	845	843
			47.761	47.760

9. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica outros activos financeiros era como segue:

	2023	2022
Não corrente		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	99.222	20.600
	99.222	20.600
Corrente		
Adiantamentos ao pessoal	104.158	83.817
Acréscimos de juros a receber	18.627	41.972
Devedores diversos – Partes relacionadas	620	620
	123.404	126.409
Imparidade dos investimentos financeiros	(11.812)	(12.429)
	111.593	113.980
	210.815	134.580
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros:		
Em 1 de Janeiro	(12.429)	(11.066)
Aumento	-	(1.363)
Utilização/Ajustamentos	617	-
Em 31 de Dezembro	(11.812)	(12.429)

10. Inventários

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica inventários era como segue:

	2023	2022
Travessas	730.785	556.438
Material de construção	620.668	1.367.895
Pecas e sobressalentes	2.792.379	2.003.631
Combustíveis e lubrificantes	41.787	27.652
Outros materiais	4.626	2.555
	4.190.245	3.958.171
Ajustamentos de inventários (Nota 10.1)	(20.835)	(19.254)
	4.169.410	3.938.917

10.1 Ajustamento de inventários

O detalhe dos movimentos relativos ao ajustamento de inventários é apresentado na tabela seguinte:

	2023	2022
Em 1 de Janeiro	(19.254)	(19.254)
(Aumento) / reversão	(936)	-
Utilização	(645)	-



Em 31 de Dezembro (20.835) (19.254)

10.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos em 31 de Dezembro

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	2023	2022
Existências iniciais	3.958.816	4.297.750
Compras	1.394.765	790.861
Existências finais	(4.190.245)	(3.958.816)
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	1.163.336	1.129.795

11. Clientes

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	2023	2022
Tráfego	1.681.515	2.099.148
Concessionárias	1.039.341	530.360
Partes relacionadas	31.529	23.237
Administrações estrangeiras	304.097	361.508
Clientes de cobrança duvidosa	464.908	756.900
Outros clientes	235.549	301.304
	3.756.939	4.072.457
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	(454.846)	(775.132)
	3.302.093	3.297.325

11.1. Movimento das perdas por imparidade de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2023	2022
Em 1 de Janeiro	(775.132)	(701.614)
Reforço	(196.850)	(241.060)
Utilização/Ajustamentos	387.604	23.681
Reversão	129.532	143.861
Em 31 de Dezembro	(454.846)	(775.132)

12. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	2023	2022
Imposto sobre o valor acrescentado	4.956.117	3.699.190
Cauções	74.215	73.880
Gastos diferidos	61.456	277.071
Fundo Nacional de Dragagem (Nota 12.1)	1.911.201	1.793.461
Partes relacionadas	2.013	33.661
Adiantamentos à fornecedores	1.970.403	1.991.937
Acréscimos de rendimentos	123.505	-

	9.098.910	7.869.200
Perdas por imparidade acumuladas outros devedores (Nota 12.2)	(1.008.107)	(805.286)
	8.090.803	7.063.914

12.1. Fundo de Nacional de Dragagem

O Fundo Nacional de Dragagem, abreviadamente designado por FND, é instrumento de financiamento interno, sustentável e permanente, do sector de dragagens do País visando satisfazer não só as necessidades de investimento do sector, mas também, as necessidades de financiamento relativas às dragagens de manutenção dos portos nacionais. O CFM comparticipa em 42% e o FND em 58% nos custos das dragagens.

12.2. Perdas por imparidade acumuladas de outros activos correntes

O detalhe dos movimentos relativos as perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2023	2022
Em 1 de Janeiro	(805.286)	(1.019.030)
Aumento	(202.821)	(805.286)
Utilização	-	1.019.030
Em 31 de Dezembro	(1.008.107)	(805.286)

13. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro, a caixa e os bancos apresentavam os seguintes valores:

	2023	2022
Caixa	131	10
Metcais	131	10
Depósitos à ordem		
Metcais	673.749	431.694
Dólar Norte-Americano	1.558.889	1.730.107
Rands Sul-Africanos	168.697	188.925
Euros	12.322	13.251
	2.413.657	2.363.977
Depósitos a prazo		
Metcais	14.858	101.440
Dólar Norte-Americano	3.179.091	7.960.113

14. Capital social

	3.193.949	8.061.553
	5.607.737	10.425.540

Estado Moçambicano 100% 1.242.981 1.242.981

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Metcais e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano e não houve alteração durante o exercício findo em 2023.

Constitui reserva legal a parte dos excedentes de cada exercício que for anualmente destinada, nunca inferior a 10% dos mesmos. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

As reservas para investimento e fundo social dos trabalhadores são constituídas de acordo com a deliberação da Assembleia Geral do sócio maioritário o Estado Moçambicano.

15. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Não correntes		
Empréstimos bancários (Nota 15.1)	5.518.740	8.732.059
Financiamentos do Estado (Nota 15.2)	4.919.188	2.579.360
	10.437.928	11.311.419
Correntes		
Empréstimos bancários (Nota 15.1)	1.801.938	-
Financiamentos do Estado (Nota 15.2)	79.542	2.143.984
	1.881.480	2.143.984
	12.319.408	13.455.403

15.1. Empréstimos bancários

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2023	2022
Não corrente					

ABSA Bank Moçambique	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	967.923	1.612.455
Banco Comercial e de Investimento	Term SOFR 3M +5.5%	USD	02/03/2028	1.468.057	1.984.059
Standard Bank	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	3.082.760	5.135.545
				5.518.740	8.732.059
Corrente					
ABSA Bank Moçambique	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	322.641	-
Banco Comercial e de Investimento	Term SOFR 3M +5.5%	USD	02/03/2028	451.710	-
Standard Bank	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	1.027.587	-
				1.801.938	-
				7.320.677	8.732.059

Face ao estado avançado de degradação da Linha de Machipanda, o CFM desenvolveu um projecto de reabilitação da mesma com o objectivo de garantir o transporte ferroviário de pessoas e bens com o mínimo de segurança garantidos, o qual ficou orçado em um investimento de cerca de USD 200 milhões, dos quais numa fase inicial seriam necessários USD 150 milhões. Para o efeito, dada a impossibilidade de financiar o montante total do investimento com fundos próprios, o CFM recorreu em 2019 a banca nacional para a contratação de financiamento de 80% do valor (USD 120 milhões e a comparticipação com fundos próprios do remanescente de USD 30 milhões. O financiamento em causa tem a maturidade de 8 anos, sendo 3 anos de período de graça, a taxa agregada da margem e da LIBOR aplicável respectivamente.

Financiaram o Projecto de investimento na Reabilitação da linha de Machipanda os seguintes bancos:

- USD 79.62 milhões do Standard Bank Moçambique;
- USD 35 milhões do BCI;
- USD 25 milhões do ABSA Moçambique;
- USD 7 milhões do First National Bank Moçambique.

De salientar que com a conclusão e inauguração a 23 de Novembro de 2023 a linha férrea de Machipanda está habilitada para uma capacidade de até 3 milhões de toneladas por ano (MTPA), contra a outrora capacidade de 0.4 MTPA. A linha já tem melhoradas as condições de segurança de circulação, redução de descarrilamentos; redução do tempo de transito das actuais 18h para 12h, incremento da capacidade de carga da linha por eixo dos actuais 16.6 para 20.5 toneladas por eixo e restabelecimento da velocidade comercial para 60km/h.

15.2. Financiamentos do Estado

Os financiamentos do Estado são valorados no final de cada exercício a uma taxa de câmbio fixa histórica de USD 18.36MT (i) e outros pelo câmbio do fecho (ii,iii e iv) da seguinte tabela.

	Notas	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2023	2022
Não corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	312.118	312.118
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	931.256	931.256
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	-	31.271
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	USD	20/07/2034	-	15.746
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD	02/04/2043	3.675.813	1.288.969
					4.919.188	2.579.360
Corrente						



Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	37.454	31.212
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	42.088	35.074
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	-	1.173
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	USD	20/07/2034	-	4.330
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD	02/04/2043	-	2.072.195
					79.542	2.143.984
					4.998.730	4.723.344

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em 2004 e transformadas em dois acordos de retrocessão para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP ("Railways Project Restructuring of Port") e saneamento económico e financeiro.

Os acordos de retrocessão acima referidos enquadram-se no âmbito da aplicação do Diploma Ministerial Conjunto S/N de 2004 assinado entre os Ministérios do Plano e Finanças e de Transportes e Comunicações em 13 de Outubro de 2004.

(ii) Reabilitação da Linha de Sena

Este montante representa um financiamento do Banco Mundial concedido em 2005, através do Governo de Moçambique, no montante de 5.500.000 USD, destinado à reabilitação da linha de Sena. Este valor deverá ser pago durante um período de 15 anos através de uma série de 30 prestações semestrais iguais e sucessivas de capital e juro. O período de graça de capital e juro é de 10 anos e a taxa de juro é de 0,75%. Este empréstimo já foi liquidado na totalidade em 27 de Dezembro de 2023, conforme nota de comunicação ao Ministério de Economia e Finanças N/Ref109/ADM-JZ/CFM/2023.

(iii) Electrificação do Porto da Matola

Este montante diz respeito a um financiamento concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute), em 2005, via Governo de Moçambique, para a electrificação do Porto da Matola, no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via do desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos através de serviços de importação e exportação. Este valor deverá ser pago em 20 anos e tem um prazo de diferimento de 5 anos à taxa de juro anual de 5,5% incidindo sobre os valores utilizados e não amortizados. O montante em dívida corresponde a 311.275 USD no final do ano. Este empréstimo já foi liquidado na totalidade em 27 de Dezembro de 2023, conforme nota de comunicação ao Ministério de Economia e Finanças N/Ref109/ADM-JZ/CFM/2023.

(iv) Empréstimo concedido pelo Estado Moçambicano

Importa referir que o crédito concessão de 95 milhões de dólares do Exim Bank da Índia para o financiamento de aquisição do material circulante (locomotivas, vagões e carruagens) foi firmado entre dois governos da Índia e de Moçambique. Por essa via coube ao Ministério de Economia e Finanças o repasse do referido montante para CFM através do Acordo de Retrocessão. O montante em causa tem um período de maturidade de 25 anos correspondentes a 50 semestres e deverá ser amortizado ao longo de 20 anos através de uma série de 40 prestações semestrais, iguais, sucessivas e inadiáveis, após um período de diferimento de 5 anos. A taxa de juro aplicável é de 1,5%.

O seu reconhecimento nas contas do CFM é feito mediante aos desembolsos feitos pelo Exim Bank no pagamento das facturas do fornecedor RITES na conta de adiantamentos a fornecedor e a crédito na conta de empréstimos concedidos pelo Estado.

16. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro, a rubrica outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Não corrente		
Reversão da Linha de Sena (Nota 16.1)	6.002.246	6.002.246
Financiamento da JICCA – Porto de Nacala	17.784.657	-
	23.786.903	6.002.246
Corrente		
Cauções pagas	35.693	22.125
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	149.839	56.898
RITES, LTD	1.785.278	978.212
Credores partes relacionadas	152.740	99.713
Dividendos a pagar (Nota 16.2)	18	437.535
Salários a pagar	213.341	228.269
Outros acréscimos de gastos	76.605	21.250
	2.413.515	1.844.002
	26.200.418	7.846.247

16.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6 002 246 milhares de Meticals. Decorre ao nível do Conselho de administração conversações por correspondência junto do IGEPE e do Ministério da Economia e Finanças o projecto de transformação do referido montante em aumento de capital.

16.2. Dividendos a pagar

Dividendos a pagar ao acionista único o Estado Mocambicano deliberados em sede da Assembleia Geral.

	2023	2022
Saldo inicial	437.535	376.009
Dividendo declarado	944.675	769.932
Dividendos pagos no exercício	(1.382.192)	(708.406)
	18	437.535

17. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro, a rubrica outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	2023	2022
Não correntes		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 17.1)	298.882	330.037
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 17.2)	162.205	178.427
Financiamento em forma de donativo – Porto de Nacala (Nota 17.3)	1.585.961	-
	2.047.048	508.464
Corrente		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 17.1)	31.154	31.154
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 17.2)	16.222	16.222
Reabilitação do Porto de Nacala (Nota 17.3)	83.472	-
Adiantamentos de clientes	89.161	201.705
Partes relacionadas	702	1.051
Outras operações com trabalhadores	12.386	10.245
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS)	93.072	63.143
Segurança social (INSS)	11.430	10.875
Outros credores diversos	1.289.823	318.465
	1.627.422	652.860
	3.674.471	1.161.324

17.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de Meticals em 2004. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil esperada de 30 anos.

17.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira concluída em 2018 com vida útil estimada em 15 anos e este donativo, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

17.3. Reabilitação do Porto de Nacala

Em 7 de Outubro de 2023 foram inauguradas as obras de reabilitação e expansão do porto e aquisição de novos equipamentos como guias, braços de carga de líquidos, empilhadoras de contentores e garras para carga geral e a granel, as quais permitem um aumento de 152% da capacidade de carga manuseada. O projecto de reabilitação e modernização deste porto teve a fase de emergência que custou 1.669 mil milhares de MT em forma de donativo e as fases subsequentes I e II no montante de 17.785 mil milhares de MT em forma de empréstimo concessional ambas financiadas pela JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão.

Este projecto foi executado a luz da cooperação existente entre o GoM e do Japão com base no qual através da JICA foram concedidos o donativo e empréstimo concessional acima referenciados a favor do GoM.

18. Provisões

Em 31 de Dezembro, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Não corrente		
Fundo de pensões (Nota 18.1 e 18.3)	4.315.815	3.070.158
	4.315.815	3.070.158
Corrente		
Provisões para férias	5.706	1.851
Provisões para processos judiciais (Nota 18.2)	128.626	155.280
Provisões para impostos	62.327	62.327
	196.659	219.458
	4.512.474	3.289.616

18.1 Movimento das provisões

Durante o exercício houve movimentação na rubrica Provisões:

	2023	2022
Em 1 de Janeiro	3.289.616	2.153.489
Fundo Xíporo	1.245.657	1.065.184
Aumento em outras provisões	10.013	70.943
Reversão	(27.265)	-
Utilização	(5.547)	-
Em 31 de Dezembro	4.512.474	3.289.616

18.2 Provisões para processos judiciais

A provisão para processos judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

18.3 Fundo Xíporo

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro são:

Pressuposto financeiro	Responsabilidades em MZN
Idade normal de reforma	60 homens/55 mulheres
Taxa de desconto	11.8%
Taxa de inflação de preços	5.7%
Taxa de inflação de salários	6.7%
Incremento das pensões (percentagem da inflação dos salários)	4.5%
Taxa de juro (pros-reforma)	6.50%
Tábua de Mortalidade (pós-reforma)	PA (90) +3
Tábua de Mortalidade (pré-reforma)	N/A



Pensão do cônjuge (homens quatro mais velhos) 30% reversível
% dos casados na reforma 80%

Os participantes do plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2023	2022
Activos	4.357	4.468
Reformados e pensionistas	374	216
	<u>4.731</u>	<u>4.684</u>

A aplicação da NCRF 19 traduz nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro:

	2023	2022
Valor actual das responsabilidades de serviços passados	6.989.498	5.307.972
Valor dos activos do fundo	(2.673.683)	(2.237.814)
Défi de financiamento	4.315.815	3.070.158

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e pode ser analisada como segue:

	2023	2022
Responsabilidades em 1 de Janeiro	5.307.972	3.690.136
Custo dos juros	775.303	537.454
Custo de serviço corrente	2.771.184	1.761.0537
Perdas actuariais	(1.690.966)	(542.896)
Pensões pagas	(173.995)	(137.781)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6.989.498	5.307.972

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2023	2022
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	2.237.814	1.685.162
Rendimento esperado	272.722	226.659
Contribuições da empresa	324.125	556.979
Ganhos/(perdas) actuariais	13.066	(93.205)
Pensões pagas	(174.044)	(137.781)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	2.673.683	2.237.814

Os activos do fundo de pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2023	2022
Depósitos à ordem	6.026	7.977
Depósitos a prazo	107.000	43.500
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.472	6.641
Títulos de dívida pública	2.208.734	1.882.745
Outros títulos de dívida	241.660	150.873
Devedores	415.895	187.730
Valores a pagar	(312.103)	(41.652)
	<u>2.673.683</u>	<u>2.237.814</u>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2023	2022
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	3.070.158	2.004.974
Aumento Registrado na Demonstração de resultados	1.245.657	2.071.854

Registrado em capital próprio - (1.006.670)
Responsabilidades em 31 de Dezembro 4.315.815 3.070.158

Para financiar o défi da responsabilidade inicial para com o Fundo de Pensões relativamente aos serviços passados, foi acordado no contrato constitutivo do Fundo que os CFM irão fazer contribuições mensais de 16 361 613 MZN e 99 577 USD durante vinte anos.

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Fornecedores de combustíveis	630.994	168.188
Fornecedores das locomotivas e acessórios	244.644	10.193
Fornecedores do material de construção da via	617.451	123.359
Fornecedores dos serviços de dragagem	306.191	92.972
Fornecedores de construções	328.264	-
Outros fornecedores	<u>352.781</u>	<u>570.380</u>
	2.480.326	965.092

20. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	2023	2022
Estadias	674.125	451.964
Exportações	521.769	647.787
Importações	1.159.680	1.089.077
Pilotagem	66.764	98.489
Rebocadores	457.118	422.960
Transporte de passageiros	313.550	178.213
Transporte e manuseamento de mercadorias	14.754.165	16.287.489
Outros serviços prestados	<u>1.350.865</u>	<u>896.416</u>
	19.298.036	20.072.395

21. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	2023	2022
Remunerações da administração	167.170	170.435
Remunerações de outros colaboradores	4.453.424	4.180.589
Encargos com as remunerações	86.621	82.263
Ajudas de custo	50.857	64.031
Indemnizações de trabalhadores	385	1.944
Pensões	81.362	52.590
Seguros de acidentes de trabalho e doença	8.929	8.925
Custos de acção social	196.316	173.907
Fundo Xiporo - contribuições	491.508	473.766
Fundo Xiporo - custo com pensões (Nota 18)	1.245.657	2.071.854
Outros custos com pessoal	<u>628.710</u>	<u>616.808</u>

7.410.949 7.897.112

O número de trabalhadores em 2023 e 2022 foi de 6.496 e 6.569 colaboradores, respectivamente.

22. Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante o ano foram como segue:

	2023	2022
Água e electricidade	331.644	307.700
Combustíveis e lubrificantes	1.600.897	1.548.931
Ferramentas e utensílios	24.600	46.224
Materiais de manutenção e reparação	437.259	452.531
Material de escritório	75.135	84.995
Serviços de dragagem	871.936	563.615
Estiva	1.854.339	1.749.974
Manutenção e reparação	696.775	765.564
Transporte de carga e de passageiros	5.687	5.561
Comunicações	149.031	81.028
Publicidade e propaganda	64.998	84.177
Deslocações e estadas	216.626	165.176
Despesas de representação	8.828	7.080
Contencioso e notariado	2.850	4.892
Rendas e alugueres	331.141	150.104
Seguros	130.545	92.165
Limpeza, higiene e conforto	184.666	229.305
Vigilância e segurança	396.621	404.474
Trabalhos especializados	478.761	503.563
Intercâmbio de material circulante	199.705	302.262
Outros fornecimentos e serviços	<u>357.329</u>	<u>168.029</u>
	8.421.373	7.717.350

23. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais durante o ano foram como segue:

	2023	2022
Ganhos		
Concessões		
Rendas fixas	630.229	619.246
Rendas variáveis	2.362.290	1.946.902
Honorários de gestão	299.249	162.054
Aluguer de outros equipamentos	102.052	21.666
Subsídios para investimentos	47.377	47.377
Alienação de activos tangíveis	24.913	-
Outros rendimentos e ganhos	<u>556.507</u>	<u>528.319</u>
	4.022.617	3.325.564
Perdas		
Impostos e taxas	(165.418)	(113.245)
Multas e penalidades	(27.114)	(217)
Alienação de activos tangíveis	(2.880)	(2.142)
Donativos	(63.230)	(63.334)

Quotizações	(3.134)	(3.294)
Programas de responsabilidade social	(59.521)	(140.286)
Clube de actividades desportivas	(409.298)	(406.323)
Indemnizações	(1.758)	(1.633)
Outros gastos e perdas	<u>(18.046)</u>	<u>(21.324)</u>
	(750.399)	(749.656)

3.272.218 2.575.908

24. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	2023	2022
Juros obtidos	110.329	140.741
Rendimentos de partes sociais	863.121	811.185
Diferenças de câmbio favoráveis	307.617	246.605
Dividendos recebidos	2.200.364	1.584.974
Outros rendimentos e ganhos financeiros	<u>56.476</u>	<u>91.184</u>
	3.537.906	2.874.689

25. Gastos financeiros

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Juros suportados	(14.245)	(19.184)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(318.188)	(336.857)
Outros gastos e perdas financeiras	<u>(34.582)</u>	<u>(86.113)</u>
	(367.014)	(442.154)

26. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	2023	2022
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	<u>(1.736.078)</u>	<u>(1.773.171)</u>
	(1.736.078)	(1.773.171)
(Diminuição) / Aumento em activos por impostos diferidos	<u>(86.827)</u>	<u>70.712</u>
	(86.827)	70.712
	<u>(1.822.906)</u>	<u>(1.702.459)</u>

A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de relato foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante





um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

26.2 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	2023	2022
Activos tangíveis	-	52.016
Diferenças cambiais não realizadas	150.637	140.062
Imparidades de contas a receber	412.903	450.993
Provisões	62.931	70.227
	626.471	713.298

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Activos tangíveis	Diferenças cambiais	Contas a receber	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	52.016	381.145	161.900	47.525	642.586
Imputado / (creditado) ao resultado	-	(241.083)	289.093	22.702	70.712
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	52.016	140.062	450.993	70.227	713.298
Imputado / (creditado) ao resultado	(52.016)	10.575	(38.090)	(7.296)	(86.828)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	150.637	412.903	62.931	626.471

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Imposto Diferido
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	642.586
(Imputado) / creditado ao resultado	70.712
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	713.298
(Imputado) / creditado ao resultado	(86.827)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	626.471

26.3 Reconciliação de impostos pagos

A reconciliação do imposto pago durante o exercício pode ser analisada como segue:

	2023	2022
Saldo em 01 de Janeiro	383.683	213.477
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	1.736.078	1.773.171
Outras retenções na fonte	1.013	-
Imposto a pagar final	(103.337)	(383.683)
	2.017.438	1.602.965



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

27. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

27.1. Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo	167.170	170.435
	167.170	170.435

27.2. Transacções com partes relacionadas

	2023	2022
Vendas e prestações de serviços		
Cornelder de Moçambique S.A.	1.217.241	1.066.593
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	1.598.047	1.112.170
Corredor de Desenvolvimento do Norte	691.054	493.723
	3.506.342	2.672.486

As vendas e prestações de serviços a partes relacionadas correspondem as rendas de Concessão, dividendos facturados e fees de gestão.

27.3 Saldos com partes relacionadas

	2023	2022
Clientes		
Concessões, Tráfego e Outros		
MPDC- Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	370.911	228.101
Corredor de Desenvolvimento do Norte	-	198.150
Cornelder de Moçambique S.A.	424.105	95.750
Cimentos de Moçambique, S.A.	18.695	13.137
DP World	3.546	3.237
Terminal de carvão da Matola	7.335	-
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	29.078	10.321
	853.670	560.696
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	111.558	168.910
Transnet Freight Rail	106.973	126.905
eSwatini Railways	85.567	65.693
	304.097	361.508
	1.157.767	910.204

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

Os saldos a receber das partes relacionadas correspondem aos valores não pagos resultantes das faturações de rendas de concessão, fees de gestão, tráfego de cargas, e dividendos. As administrações estrangeiras correspondem as faturações do intercambio de vagões.

	2023	2022
Outros activos financeiros		
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	21.189	15.235
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
CFM – Logistics	72.668	-
	99.842	21.221

Os outros activos financeiros correspondem a aos saldos de Suprimentos concedidos as empresas participadas.

	2023	2022
Estado		
Empréstimos obtidos.	4.998.730	4.723.344
	4.998.730	4.723.344

Os empréstimos obtidos através do Estado correspondem as responsabilidades repassadas para o CFM pelo Estado em forma de Acordos de retrocessão.

28. Compromissos e contingências

28.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 128.626 milhares de Meticals em 2023 e 150.280 milhares de Meticalas em 2023.

28.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

28.3 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2023, apresenta-se como segue:

Beneficiário	Finalidade	Valor	Moeda	Banco
Tribunal do Trabalho da Cidade de Maputo	Processos judiciais em curso	3.474.286,50	MZN	BCI

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

29. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêem periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

29.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

29.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

	2023	2022
Empréstimos bancários	7.320.678	8.732.059
Financiamentos do Estado	4.998.730	4.723.344
Total	12.319.408	13.455.403
Bancos	5.607.737	10.425.540
	(6.711.672)	(3.029.863)
Redução de 50 pontos percentuais	(33.558)	(15.149)

O impacto de um aumento/redução de 50 pontos-base nas taxas de juro, com todas as outras variáveis constantes terá um efeito de 33.558 milhares de Meticals (2022 15.149 milhares de Meticals) de aumento/redução no lucro antes de impostos.

29.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rande. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

	2023		2022	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	63.27	64.53	63.24	64.50
Rands Sul-Africanos	3.44	3.50	3.73	3.81
Euros	69.95	71.34	65.58	66.89

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	Dólar Norte-Americano (USD)	Rand Sul-Africano (ZAR)	Euro (Eur)	Dólar Zimbabwano (ZWD)	Total
2023					
Activos financeiros:					
Clientes	1.208.017	118.007	-	-	1.326.024
Caixa e equivalentes de caixa	4.738.085	168.697	12.322	-	4.919.105
	5.946.102	286.704	12.322		6.245.129
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(12.319.408)				(12.319.408)
Empréstimos obtidos	(12.319.408)				(12.319.408)
	(6.373.306)	286.704	12.322		(6.074.279)
2022					
Activos financeiros:					
Clientes	1.383.581	82.874	-	-	1.466.455
Caixa e equivalentes de caixa	9.690.220	188.925	13.251	-	9.892.396
	11.073.801	271.799	13.251		11.358.851
Passivos financeiros:					
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos obtidos	(13.455.403)	-	-	-	(13.455.403)
	(13.455.403)				(13.455.403)
	(2.381.602)	271.799	13.251		(2.096.552)

Análise de sensibilidade da moeda estrangeira

O Dólar Norte-Americano, e o Rand Sul Africano, são as moedas principais a que a Empresa está exposta.



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

	USD		10%		ZAR		Other	
	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição
2023								
Ganho / (perda)	(758.132)	758.132	16.870	(16.870)	1.232	(1.232)		
Activos financeiros	473.809	(473.809)	16.870	(16.870)	1.232	(1.232)		
Passivos financeiros	(1.231.941)	1.231.941	-	-	-	-		
2022								
Ganho / (perda)	(376.519)	376.519	18.897	(18.897)	1.325	(1.325)		
Activos financeiros	969.022	(969.022)	18.897	(18.897)	1.325	(1.325)		
Passivos financeiros	(1.345.540)	1.345.540	-	-	-	-		

29.4 Risco de crédito

O risco de crédito empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.607.737	10.425.530
Clientes	3.302.093	3.297.325
Outros activos financeiros	210.815	134.580
	9.120.645	13.857.435

A empresa avaliou todos os saldos de clientes vencidos quanto à sua recuperabilidade e acredita que a sua qualidade de crédito se mantém intacta. Uma decomposição dos saldos de clientes vencidos, mas sem imparidade é apresentada como segue:

	2023	2022
Vencidos dias correntes		
Vencidos entre 1-30 dias	2.655.736	2.668.736
Vencidos entre 61-90 dias	190.486	183.687
Mais de 90 dias	455.871	444.902

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

	3.302.093	3.297.325
--	-----------	-----------

29.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano a 5 anos	Mais de 5 Anos	Total
2023				
Fornecedores	2.480.326	-	-	2.480.326
Empréstimos obtidos	1.881.480	5.518.471	4.919.188	12.319.408
Outros passivos financeiros	20.198.172	-	6.002.246	26.200.418
	24.559.978	5.598.283	10.921.434	41.000.152

2022				
Fornecedores	965.092	-	-	965.092
Empréstimos obtidos	2.143.984	10.876.044	435.375	13.455.403
Outros passivos financeiros	1.844.002	-	6.002.246	7.846.248
	4.953.078	10.876.044	6.437.621	22.266.743

29.6 Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	2023	2022
Total dos empréstimos	12.319.408	13.455.403
Total dos passivos financeiros	26.200.418	7.846.248
Total da dívida	38.519.826	21.301.651
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(5.607.737)	(10.425.540)
Dívida líquida	32.912.090	10.876.111
Capital próprio	47.621.143	45.397.268
	80.533.232	56.273.379
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	41%	24%

29.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transacciona instrumentos financeiros, mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

29.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

29.9 Categoria dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros detidos pela entidade são ao custo amortizado e estão abaixo apresentados.

	2023	202
Clientes	3.302.093	3.297.325
Outros activos financeiros	210.815	134.580
Caixa e equivalentes de caixa	5.607.737	10.425.540
	9.120.645	13.857.445
Empréstimos obtidos	(12.319.408)	(13.455.403)
Fornecedores	(2.480.326)	(965.092)
Outros passivos financeiros	(26.200.418)	(7.846.248)
	(41.000.152)	(22.266.743)
(Passivos) / activos financeiros líquidos	(31.879.507)	(8.409.298)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em milhares de Meticals)

30. Eventos subsequentes à data do relato

Não houve nenhum evento subsequente à data do relato que tenha impactado materialmente as demonstrações financeiras.

31. Aplicação dos Resultados Líquidos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada a 28 de Junho do corrente ano com o acionista único (Estado Moçambicano), representado pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado – IGEPE, apreciou positivamente as demonstrações financeiras do CFM do exercício económico e financeiro findo a 31 de Dezembro de 2023 e deliberado a aplicação do resultado líquido de 2.978.929 milhares de meticals, nos termos ilustrados na tabela abaixo:

Descrição	%	Valores em Milhares de MT		%	2022
		2023			
Reserva para fins sociais	10	297.892,90	10		236.092,90
Reserva de Investimentos	55	1.638.410,95	50		1.180.464,50
Dividendos ao Estado	35	1.042.625,15	40		944.371,60
TOTAL	100	2.978.929,00	100		2.360.929,00





Reiteramos o nosso compromisso no Movimento de Pessoas e Bens em prol do desenvolvimento de Moçambique.

CFM - Movimentando Pessoas e Bens!

onemedia

